

# Sarney reabre negociação do orçamento

BRASÍLIA — O governo retomou ontem a negociação com o Congresso para tentar obter a aprovação do orçamento da União, para o próximo ano, da forma como foi proposto. Enquanto os políticos reuniam-se no Palácio da Alvorada, os técnicos analisavam as alterações propostas pelo relator da comissão, senador Almir Gabriel, e acabaram descobrindo algumas surpresas. Entre os achados, está o fato de que se a proposta do senador for aceita, haverá mais dinheiro do que o próprio governo pretendia para a construção da Ferrovia Norte-Sul.

Perto de 30 parlamentares atenderam ontem ao chamado do presidente José Sarney para negociar, no Palácio da Alvorada. Eles foram escolhidos pela assessoria do Planalto, segundo Henrique Haigreaves, assessor parlamentar, por serem identificados como pouco hostis ao presidente Sarney.

A movimentação começou de manhã. No Palácio da Alvorada, o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, disse aos parlamentares governistas que o relatório do senador Almir Gabriel implica o pagamento de apenas 3% da dívida vencida e a vencer, e que isso provocaria um crescimento no déficit público. O ministro argumentou que "os estados e a Federação não devem pagar pe-

lo peso da dívida de São Paulo", como contou, depois, o deputado João Agripino Neto. Os números apresentados pelo ministro, entretanto, não convenceram todos os parlamentares. E Abreu ficou de voltar a discutir o problema na tarde de hoje.

Segundo Agripino, Sarney deixou entrever sua vontade de que o orçamento resulte de um entendimento. "Ele disse que foi parlamentar e que jamais pensaria em alimentar um confronto entre o Executivo e o Congresso." Carlos Sant'Anna, líder do governo na Câmara, lembrou a tentativa fracassada de negociação com o presidente e o relator da comissão, e disse que o governo descobriu que pode conversar com outros parlamentares dispostos a negociar.

## DESPESA EXTRA

A uma hora da tarde, quando acabou a reunião, Sant'Anna disse que o encontro teve apenas o caráter de "início político das negociações". Segundo ele, mais complicado que a discussão sobre a rolagem da dívida dos estados é a negociação em torno das emendas apresentadas pelos parlamentares ao projeto de orçamento do governo, que implicam um aumento de despesa de Cz\$ 380 bilhões.

Enquanto tudo isso acontecia, a Secretaria de Orçamento e Finanças da Seplan realizava um levantamento completo dos

efeitos das emendas relacionadas no relatório do senador Almir Gabriel. Ali descobriu-se, por exemplo, que os cortes atingiram a Siderbrás, recursos para custeio agrícola, e o Ministério da Fazenda. Em compensação, foram criadas despesas extra na área do DNER, portos, Embrater, EBTU e Ferrovia Norte-Sul. O deputado Cid Carvalho, presidente da comissão, promoveu uma entrevista coletiva, no meio da tarde, para dizer que todas as modificações introduzidas no projeto tiveram o objetivo de "corrigir erros do Executivo", e que não poderiam aumentar o déficit público, "porque a comissão não pode criar despesas novas, só transferir o dinheiro".

Carvalho chegou a admitir a possibilidade de acordo. E sugeriu que a votação de um desgate do governo poderia resolver o impasse. Segundo Agripino, no entanto, a intenção do governo é fechar o acordo fora da reunião da comissão, que foi adiada — para que as negociações fossem possíveis — de hoje para segunda-feira. Ontem mesmo foi pedido aos secretários de Fazenda de São Paulo e Minas Gerais uma proposta de fixação de um percentual linear de contribuição dos estados, que elevaria a arrecadação da União, a título de dívida dos estados, de Cz\$ 68 bilhões para Cz\$ 160 bilhões.



André Dusek/AE

Carvalho: corrigir erros



José Paulo/AE

Sant'Anna: "Início das negociações"